



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA
CURSO DE ZOOTECNIA**

VICTÓRIA VIEIRA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: DESAFIOS PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ NAS COMUNIDADES
ASSENTADAS DO CEARÁ**

FORTALEZA

2023

VICTÓRIA VIEIRA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: DESAFIOS PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ NAS COMUNIDADES
ASSENTADAS DO CEARÁ

Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de
Zootecnia, do Centro de Ciências
Agrárias da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Zootecnia.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Augusto
Xavier Lima.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S584p Silva, Victória Vieira da.

Políticas públicas e desenvolvimento rural: Desafios para a implementação do Projeto São José nas comunidades assentadas do Ceará / Victória Vieira da Silva. – 2023.
41 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Zootecnia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima.

1. Agricultura familiar. 2. Assentamento rural. 3. Assistência técnica. 4. Extensão rural. I. Título.

CDD 636.08

VICTÓRIA VIEIRA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: DESAFIOS PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SÃO JOSÉ NAS COMUNIDADES
ASSENTADAS DO CEARÁ

Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de
Zootecnia, do Centro de Ciências
Agrárias da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Zootecnia.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Augusto
Xavier Lima.

Aprovada em 30/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Aderson Martins Viana Neto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Moacir de Souza Júnior
Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará
Projeto São José (SDA/PSJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àqueles que tanto sonharam com esse momento e não puderam estar presentes fisicamente para acompanhá-lo, mas permanecem em minha memória e no meu coração: meu avô Francisco Renato e minha avó Francisca Vieira, que fizeram o possível para me criar e educar da melhor forma, mesmo com todas as dificuldades. À minha mãe, Maria Neuma, que também estaria orgulhosa.

Ao meu pai José Pereira, pela felicidade compartilhada. À minha família por todo apoio, em especial ao meu tio Carlos Roberto e minha tia Maria Luciene, que deram seguimento aos laços de carinho e cuidado. À minha tia Maria do Carmo e minha prima Karoline Lucas, pelo apoio, escuta, ensinamentos e amor diários. Ao meu irmão Renato, para quem também dedico este momento.

À minha eterna melhor amiga, Rebecca Maia. Ao homem que escolhi como companheiro que, além da paixão um pelo outro, também compartilha comigo o amor pela Zootecnia: Matheus Almeida. Às pessoas incríveis que tive a oportunidade de conhecer e que fizeram minha passagem pela Universidade ser mais fácil e feliz, Rayssa Aline, João José, Marina Rose, Rennan Pinheiro. Aos meus colegas de trabalho, Yasmim Dantas e Cayo Pereira, pela amizade e companhia nas viagens. Ao coordenador da equipe e também membro deste time, Antonio Diego Melo.

Ao Centro Acadêmico Quatro de Dezembro, que foi minha âncora, família e escola dentro da casa UFC. Aos grupos de estudo que tive o prazer de participar, Núcleo de Estudos em Suinocultura (NES) e em especial ao Centro de Atividades Apícolas (CAAp), que tem meu coração.

Ao meu orientador Filipe Xavier, pela expertise acadêmica, mas, além disso, o olhar humano, com tanta sensibilidade e carinho pelas riquezas sociais do Nordeste, que também me encantaram.

Aos professores Luciano Pinheiro, Breno Magalhães, Pedro Henrique Watanabe e Andréa Pereira Pinto. Aos funcionários maravilhosos do Departamento e Coordenação do Curso de Zootecnia, Clécio e Roberta.

E a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada tão incrível.

“Aprenda a amar o que você faz, não importa o quê, assim não terá nenhum problema. Você vai sofrer, mas então vai sentir e, quanto sentir, então estará vivendo. É justamente a possibilidade de realizar um sonho que torna a vida interessante.” (Nina George)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar as limitações para a implementação de uma política pública de desenvolvimento rural sustentável no estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. Trata-se do Projeto São José (PSJ), que está na sua quarta fase com editais voltados especificamente para o fortalecimento das organizações dos agricultores familiares com ênfase no mercado, abastecimento de água, inclusão social, produtiva e inserção da juventude rural, tendo como alvo as organizações que desenvolvem atividades produtivas, sejam agrícolas ou não. Para o levantamento e análise de dados, foram utilizadas as informações coletadas pela equipe técnica contratada para atuar no projeto (diagnóstico e acompanhamento), que realizou uma pesquisa de campo tendo como referência 41 assentamentos rurais distribuídos em 11 municípios cearenses, com aplicação de questionários e realização de entrevistas individuais junto aos beneficiários da política pública em questão. Os resultados revelaram que, embora a contribuição do Projeto São José no combate à pobreza e auxílio no desenvolvimento social e econômico no campo tenha sido significativa desde sua elaboração, alguns aspectos sociais e culturais são desafiadores na sua fase atual. Nesses termos, foi constatado que as principais limitações para a implementação do projeto nas comunidades assentadas são o associativismo fragilizado; a assistência técnica insuficiente; a falta de conhecimento ou a não utilização do controle zootécnico; e a resistência cultural à adoção de novas tecnologias.

Palavras-chave: agricultura familiar; assentamento rural; assistência técnica e extensão rural.

ABSTRACT

This work aims to identify the limitations for the implementation of a public policy for sustainable rural development in the state of Ceará, Northeast region of Brazil. This is the São José Project (PSJ), which is in its fourth phase with public notices aimed specifically at strengthening the organizations of family farmers with an emphasis on the market, water supply, social and productive inclusion and insertion of rural youth, with the aim of target organizations that develop productive activities, whether agricultural or not. For data collection and analysis, the information collected by the technical team hired to work on the project (diagnosis and monitoring) was used, which carried out a field survey with reference to 41 rural settlements distributed in 11 municipalities in Ceará, with the application of questionnaires and conducting individual interviews with the beneficiaries of the public policy in question. The results revealed that, although the contribution of the São José Project in the fight against poverty and aid in the social and economic development in the countryside has been significant since its elaboration, some social and cultural aspects are challenging in its current phase. In these terms, it was found that the main limitations for the implementation of the project in settled communities are weakened associativism; insufficient technical assistance; lack of knowledge or non-use of zootechnical control; and cultural resistance to the adoption of new technologies.

Keywords: family farming; rural settlement; technical assistance and rural extension.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Distribuição dos assentamentos rurais no estado do Ceará.....19
- Figura 2 - Reunião com beneficiários do PSJ na Associação Comunitária Nova Conquista, do Assentamento Orange em Monsenhor Tabosa – CE.....22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ater	Assistência técnica e extensão rural
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Funceme	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAFs	Organizações da Agricultura Familiar
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PSJ	Projeto São José
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projetos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Políticas públicas rurais	14
2.2 O Projeto São José e a organização social dos agricultores familiares	15
2.3 Questão agrária no Ceará e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra	17
3 O PERCURSO METODOLÓGICO	20
3.1 Caracterização da pesquisa	21
3.2 A coleta de dados	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1 Associativismo fragilizado	25
4.2 Assistência técnica insuficiente	26
4.3 Controle zootécnico	28
4.4 Resistência cultural à adoção de novas tecnologias	29
5 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento rural brasileiro está em processo de transição, tentando conciliar produção agrícola e proteção ambiental, relacionando objetivos, ferramentas e políticas ambientais e rurais em um denominador comum: a sustentabilidade dos recursos, sejam eles naturais ou financeiros. Esse método vai além da modernização e emprego de tecnologias, pois indica a concepção de capacidades sociais, políticas e técnicas (BRASIL, 2013).

Segundo Costabeber e Caporal (2003), o desenvolvimento rural sustentável é um conceito que desde a sua formulação e estabelecimento integrou conhecimentos de diversas áreas. Essa noção busca encontrar o equilíbrio entre as dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética, abrangendo tanto a expansão quantitativa, de valores e taxas produtivas, como também a qualitativa, garantindo melhorias no aspecto humano da comunidade rural de determinada região.

Logo, o desenvolvimento rural sustentável representa uma constante evolução, principalmente de viés econômico e social, para alcançar aumento produtivo, enquanto mantém a preocupação com a preservação dos recursos naturais e oferece oportunidades iguais para todos (COSTABEBER; CARPORAL, 2003). Esse crescimento deve proporcionar mais qualidade de vida no meio rural, considerando as particularidades culturais e promovendo a inclusão de grupos mais vulneráveis da sociedade, como povos e comunidades tradicionais e públicos muitas vezes marginalizados, como as mulheres e os jovens.

Partindo dessa compreensão, são observados fatores limitantes que impedem a plena operacionalização do desenvolvimento rural no cenário brasileiro como um todo. A heterogeneidade das atividades rurais e agrícolas no Brasil representa um desafio, pois há regiões, como por exemplo, comunidades no Nordeste, que permanecem de certa forma isoladas, sem integração econômica e até mesmo sem acesso às tecnologias (NAVARRO, 2001). Tal situação mostra a necessidade de iniciativas institucionais distintas, que possam atender às complexidades e demandas locais.

Assim, reconhecer a importância das associações locais e utilizar os atores sociais como agentes de mudança para implementação de políticas públicas eficientes, ouvindo os interesses comunitários, através da parceria com o Estado e incentivos de organizações privadas, valorizam os recursos humanos, institucionais e ambientais que perfazem o capital social nos territórios rurais (GEHLEN, 2004).

Todas essas questões perpassam pela desconstrução do modelo convencional de produção agrícola e, como assinala Moreira (2007), os programas de desenvolvimento rural sustentável precisam ser embasados na integralidade do sistema, com harmonia e equilíbrio entre os agentes envolvidos, autonomia de gestão, minimização das dificuldades, fortalecimento dos pequenos mercados e vias de comércio, emprego do conhecimento local junto aos sistemas tradicionais de manejo para preservação dos recursos naturais, pluriatividades, seletividade e complementariedade de renda.

Nesse contexto, a extensão rural ocupa lugar de destaque na construção de uma sociedade mais plural e atenta aos povos marginalizados pela modernização da agricultura, a fim de permitir uma transição mais democrática, participativa e agroecológica dos meios de produção, de forma duradoura (DINIZ, 2014). Ademais, o diálogo estabelecido por meio da extensão rural entre setores do poder público e as entidades representativas dos agricultores familiares possibilitou a construção, ao longo do tempo, de políticas baseadas em um plano de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

É nesse cenário que está situado o Projeto São José (PSJ), que é uma política pública do Governo do Estado do Ceará executada por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). Esse projeto vem sendo desenvolvido ao longo de mais de 30 anos e foi retomado para sua fase IV em 2020, com editais voltados especificamente para o fortalecimento das organizações dos agricultores familiares com ênfase no mercado, abastecimento de água, inclusão social, produtiva e inserção da juventude rural, tendo como alvo as organizações que desenvolvem atividades produtivas, sejam agrícolas ou não, em municípios classificados como

vulneráveis e susceptíveis à desertificação segundo a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) (SDA, 2023).

Embora sua contribuição no combate à pobreza e auxílio no desenvolvimento social e econômico no campo tenha sido significativa desde sua elaboração, o PSJ vem apresentando algumas limitações em sua fase atual, especialmente ligadas à assistência técnica e extensão rural (Ater) e à aplicação dos recursos do projeto em certas localidades. Tal realidade foi percebida pela equipe técnica contratada para atuar no projeto junto a 41 assentamentos rurais distribuídos em 11 municípios cearenses, o que motivou a elaboração deste trabalho, à fim de compreender melhor a situação.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como foco a experiência do PSJ no Ceará, partindo da seguinte questão: quais são os fatores limitantes para a implementação do PSJ nas comunidades rurais assentadas do estado? Assim, o trabalho tem como objetivo identificar, a partir dos dados obtidos em campo, quais as limitações para a implementação do PSJ IV nas comunidades assentadas.

A importância deste trabalho está na possibilidade de contribuir para que a demanda da população em relação aos planos de manejo elaborados, as visitas técnicas e todo o diálogo resultem em ações concretas que influenciem positivamente a vida no campo e de fato promovam o desenvolvimento rural sustentável no Ceará, o que justifica a realização deste estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção são apresentados os temas que baseiam a elaboração deste trabalho, tratando da relevância das políticas públicas no desenvolvimento rural, bem como a atuação do Projeto São José (PSJ) no estado do Ceará, sua relação com a organização social dos agricultores familiares e o envolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesse debate.

2.1 Políticas públicas rurais

A formulação e execução de políticas públicas que, aliadas às organizações populares no campo, combatam a desigualdade de gênero e apoiem o desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar, são ferramentas fundamentais no processo de estruturação da produção, trazendo resultados benéficos para a população a curto e longo prazo (MALUF, 2017).

Em meados dos anos 1990, foram direcionados no Brasil recursos para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, com o reconhecimento da força socioeconômica dessa parcela da população que vivia no campo e produzia alimentos, gerando renda e subsistência, a partir da força de trabalho dos membros da própria família (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

O processo de idealização das políticas públicas rurais passou por transformações que as caracterizaram de três formas: primeiramente, associadas às demandas dos sindicatos e organizações sociais envolvendo questões agrícolas e agrárias; o segundo momento foi marcado pela criação e expansão de políticas de assistência social; sendo a terceira e última geração de políticas aquela responsável pela criação de novos mercados para os produtos e serviços advindos da agricultura familiar, com ênfase na segurança alimentar e sustentabilidade (CAZELLA *et. al.*, 2016).

Na opinião de Castel (2009), as políticas públicas brasileiras possuem dois desafios a serem superados: muitas vezes elas não consideram

os beneficiários de forma individual, com suas situações e trajetórias locais, a partir de sua heterogeneidade; e incorporam a premissa da contrapartida, em que o produtor recebe benefícios ao passo que emprega seu esforço e trabalho na realização das demandas como forma de retribuição, enquanto as políticas produtivistas, destinadas aos grandes produtores, não possuem tais restrições.

2.2 O Projeto São José e a organização social dos agricultores familiares

O Projeto São José (PSJ) é uma política pública do Governo do Estado do Ceará que ao longo do tempo vem sendo configurada para concretização de ações de desenvolvimento rural sustentável, melhorando o acesso da população mais pobre às ações de emprego e renda. Conhecido atualmente como PSJ, em 1995 essa política deixou de ser chamada de Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), quando era mais voltado a projetos de eletrificação rural, e foi denominado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em 1996. Nesse sentido, até o ano de 1998 foram financiados e implantados diversos projetos de infraestrutura, produção e desenvolvimento social em comunidades cearenses (NEIVA, 2000).

O Projeto São José I, propriamente dito, foi iniciado pelo Governo do Estado do Ceará em meados da década de 1990, a partir da experiência anterior positiva com o PAPP, tendo como modelo o Projeto Solidariedade no México, com o objetivo de erradicar a pobreza absoluta no campo. Além disso, foi o primeiro passo para a construção do modelo de gestão compartilhada envolvendo entidades, Secretarias Coparticipantes, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) e Associações Comunitárias (SDA, 2019).

Na sequência, o Projeto São José II contou com uma primeira fase entre os anos de 2002 a 2006, e a segunda fase até 2009, visando melhorar a qualidade de vida das famílias rurais mais carentes, as mais necessitadas por meio de financiamentos não reembolsáveis, pequenos investimentos e empreendimentos de infraestrutura, produtivos e sociais, denominados Projetos Comunitários (SDA, 2019).

Entre os anos de 2009 e 2012 tomou forma a fase seguinte, o Projeto São José III, que foi desenvolvido somente pelo Governo do Ceará, voltando a contar com a cooperação do Banco Mundial na segunda etapa, de 2012 a 2019, com o intuito de desenvolver ações voltadas para o fortalecimento da produção e comercialização no âmbito da agricultura familiar, garantindo acesso à água e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais para o desenvolvimento econômico e social rural (SDA, 2019).

Apesar dessa evolução, nos últimos anos foi tornando-se mais clara a necessidade de reconhecer o capital social presente nos territórios rurais, valorizando o agricultor familiar, que possuía uma demanda crescente por serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) (KHAN; SILVA, 2005). Tendo em vista esse cenário, a caracterização atual dada ao PSJ pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), em conjunto com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), busca promover o fortalecimento da agricultura familiar através de ações de conservação ambiental, acesso à água e saneamento e incremento da produção rural por meio da formação de uma reserva alimentar para consumo forrageiro dos animais (SDA, 2019).

Conforme ressalta o Marco de Gestão Socioambiental (SDA, 2019), esse objetivo é construído com base na elaboração de planos de manejo obtidos a partir do diálogo entre equipes técnicas e os agricultores familiares assentados contemplados pelo programa, que delimitam o zoneamento das áreas, sua forma de utilização e gestão dos recursos. Com foco na produção de reserva alimentar para os animais como estratégia de manutenção do rebanho no período de escassez, essa fase do PSJ busca aliar o sucesso produtivo a ações de conservação ambiental.

Sobre isso, são levantados questionamentos a respeito das práticas agroecológicas utilizadas nos assentamentos rurais para preservação da mata nativa, como a eliminação do uso do fogo como forma de limpeza de áreas de plantio, calagem, incorporação de matéria orgânica no solo, plantio direto, gessagem, adubação verde, rotação de culturas, cultivo consorciado etc., além de formas de conservação do alimento, como a fenação e ensilagem.

Além do aspecto produtivo, a organização social por meio de associações rurais é outro fator marcante do PSJ. Isso porque, o associativismo rural é responsável pela articulação dos agricultores familiares para formulação de estratégias concretas para a melhoria de vida, além do desenvolvimento de uma consciência social, dos seus direitos e deveres, e sua relação com o Estado e as políticas públicas (LISBOA; ALCANTARA, 2019).

No âmbito do desenvolvimento rural sustentável, as formas de organização social são um meio de representação política que buscam atender aos interesses da população, na medida em que valorizam o espaço rural e sua cultura. Essa organização coletiva permite que os agricultores, muitas vezes carentes de recursos, como bens para produzir e comercializar, alcancem objetivos comuns que não seriam obtidos individualmente, tendo também na organização uma figura jurídica reconhecida pela sociedade, estabelecida a partir do contexto cultural, histórico e político de cada comunidade (SPERRY, 2001).

Em adição, o cooperativismo é o alicerce para o processo de desenvolvimento local, pois seu papel central no funcionamento da cadeia produtiva influencia nas ações de financiamento, produção e comercialização, fundamentado na união dos cooperados, que buscam suprir suas necessidades que são compatíveis por meio de uma participação democrática, solidária, com independência e autonomia, prezando pela justiça e equilíbrio entre os atores sociais (MORAES, 2019).

Dada a importância do associativismo e cooperativismo rural para participação no PSJ, ter esse tipo de organização social é um dos requisitos para as comunidades que se enquadram no programa possam se inscrever nos editais.

2.3 Questão agrária no Ceará e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

Nas palavras de Oliveira (2005), a luta pela terra no Ceará, historicamente, foi caracterizada por alguns conflitos, mas também pelo fortalecimento da classe camponesa no acesso, posse e uso da terra, que por

muitas vezes criticou a política de intervenção fundiária chamada de “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial, instituída nos anos 1990. Apesar das discordâncias ideológicas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido um dos principais mediadores entre o povo e o governo para a obtenção do equilíbrio entre desenvolvimento rural, sustentabilidade e justiça social (OLIVEIRA, 2005).

Desde a chegada e articulação do MST no estado, em 1989, a questão fundiária foi fortalecida pela incorporação de lutas como a ocupação de latifúndios. Essa territorialização do MST, através dos assentamentos, legitimou uma nova forma de organização baseada na cultura camponesa e suas atividades econômicas resultantes da diversificação da produção agrícola familiar, além da inserção política do povo assentado nos debates que lhes afetam diretamente (ALENCAR, 2011).

Por isso, no que diz respeito à questão fundiária, o MST assume um caráter mediatório, ocorrendo o mesmo na realização de determinadas políticas públicas, como no caso do PSJ. Nessa perspectiva, a partir da identificação do público-alvo de cada fase, as associações comunitárias responsáveis são convocadas pelas brigadas do MST presentes na região, promovendo o diálogo entre os assentados e órgãos competentes para o prosseguimento no processo de implementação do projeto (MIRANDA, 2013).

O processo de seleção das famílias beneficiárias ocorre com a abertura de chamadas públicas por meio de editais, com inscrição e manifestação de interesse por parte das comunidades, seguida de uma avaliação de campo. Para atender aos critérios do PSJ, os agricultores devem possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), atuação da entidade política nas cadeias de produção consideradas prioritárias, compor Organizações da Agricultura Familiar (OAFs) e ser considerados de alta vulnerabilidade.

Após a identificação e seleção das famílias contempladas nos editais divulgados previamente, a metodologia adotada pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) é seguida por etapas de diagnóstico e acompanhamento de cada unidade familiar, assim como o processo para definição das ações que serão desenvolvidas nas comunidades. Para essa

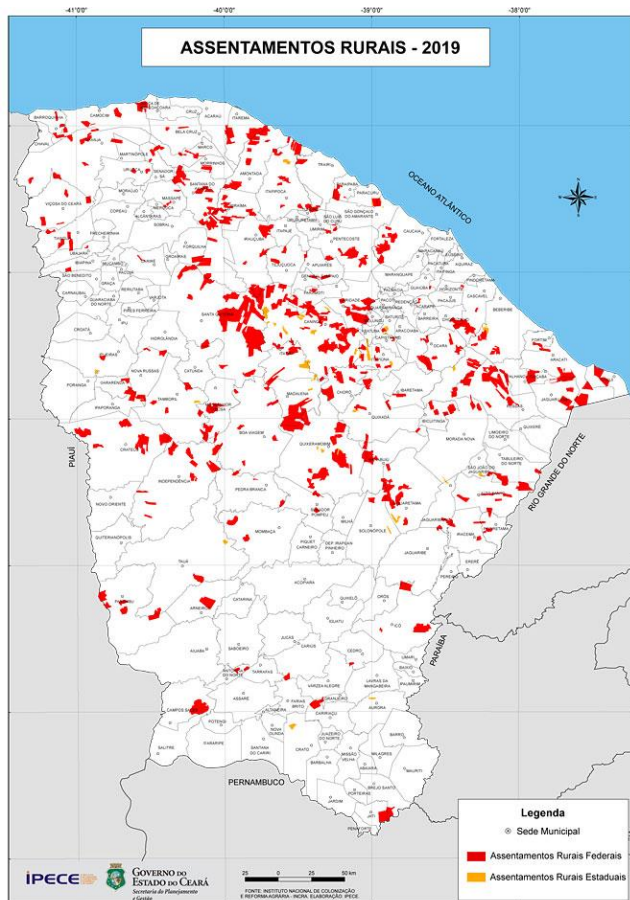
parte final do projeto, primeiramente, a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), que é responsável pela execução do PSJ, contrata e capacita funcionários de empresas terceirizadas que já possuam reconhecida atuação na área de desenvolvimento rural sustentável, para realização das visitas técnicas em campo, fornecendo informações que subsidiarão a formulação dos planos de manejo de cada comunidade (SDA, 2023).

Os planos de manejo são relatórios que reúnem e descrevem quais as demandas apresentadas pela comunidade e pelos beneficiários, com os recursos que serão cedidos pelo projeto, bem como sua justificativa de utilização, descrição dos itens, forma de efetivação e resultados esperados em relação à produção animal e ações de conservação.

3 O PERCURSO METODOLÓGICO

O Projeto São José (PSJ) já passou por três edições e foi retomado para sua quarta fase em 2020, com abertura e divulgação de editais em 2021. O Ceará conta com 184 municípios, tendo assentamentos rurais estaduais e federais distribuídos por grande parte do estado (Figura 1). O presente trabalho tomou como referência 41 assentamentos rurais distribuídos em 11 municípios cearenses, que compõem os grupos 1 e 2 desta fase de implementação e desenvolvem a ovinocaprinocultura como principal fonte de renda e subsistência. Os municípios onde estão localizados os assentamentos são Amontada, Ararendá, Crateús, Independência, Miraíma, Santa Quitéria, Sobral, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Quixeramobim e Senador Pompeu.

Figura 1 – Distribuição dos assentamentos rurais no Ceará



Fonte: Ceará em Mapas – Ipece (2019).

Nessa etapa o PSJ faz-se presente desde o Litoral Leste, Sertão Central, Sertão dos Crateús, Sertão de Sobral até o Sertão dos Inhamuns, mostrando que essa política pública evoluiu ao longo do tempo, de forma a beneficiar uma parte mais representativa do estado do Ceará.

3.1 Caracterização da pesquisa

Para a elaboração deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo, que segundo Lakatos (2003) é aquela que tem por objetivo reunir conhecimento acerca de determinado assunto, responder questionamentos ou identificar relações e variáveis, com a observação dos fatos que ocorrem de forma espontânea, sem interferência, mas tendo a participação do pesquisador.

A pesquisa de campo realizada se qualifica, de acordo com a natureza de seu objetivo, como descritiva, tendo por intenção estudar as características de determinado grupo. Neste caso, o trabalho foi desenvolvido para a melhor compreensão das condições produtivas, econômicas e sociais em que se encontram os beneficiários do PSJ após sua contemplação pelo programa em 2016. Além disso, pretendeu-se identificar as relações estabelecidas entre os dados obtidos em campo, se aproximando também de uma pesquisa de natureza exploratória, que proporciona uma visão geral sobre determinado problema ou situação (GIL, 2002), de forma a responder o questionamento apresentado na introdução.

A abordagem inicial do estudo partiu da coleta de informações para o planejamento e implantação das propostas de planos de manejo para as associações beneficiadas. O plano de manejo foi direcionado para produção e conservação de recursos forrageiros, associado a medidas para mitigações de impactos ambientais causados pelas atividades agropecuárias no semiárido.

Por serem medidas a longo prazo, o plano de manejo segue estruturas divididas por fases. Na fase 1 foi descrita a inclusão econômica sustentável, a partir de projetos produtivos distribuídos em 93 municípios cearenses. Dentre esses municípios, 81 comunidades selecionadas apresentaram demandas, devido às suas atuais condições, para melhor distribuição dos recursos financeiros a serem recebidos, bem como para

resguardo da preservação ambiental, imperativo contido nas diretrizes das salvaguardas ambientais do Banco Mundial.

A princípio, as atividades foram iniciadas no período de fevereiro a maio de 2018, retomadas de janeiro a novembro de 2021, e posteriormente de agosto a novembro de 2022, devido à pandemia da Covid-19. Em 2022, a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), encarregada pelo projeto, selecionou por meio de licitação, a empresa *SaneController* Engenharia e Meio Ambiente para contratar, capacitar e direcionar uma equipe técnica de campo para a coleta de dados e informações. A equipe foi composta por quatro zootecnistas, em que todos os envolvidos receberam treinamento para atuarem nas visitas.

3.2 A coleta de dados

Em um primeiro momento, as comunidades foram divididas em três grupos, onde os grupos 1 e 2, contendo respectivamente 17 e 24 organizações, totalizaram 41 das 81 associações contempladas, que passaram para a próxima etapa. Um dos passos iniciais do processo de construção dos planos de manejo, para que melhor atendam às necessidades de cada comunidade (como a vertente da espécie animal criada no local, necessidade de infraestrutura, aquisição de materiais visando o aumento produtivo aliado à adoção de medidas de mitigação do impacto ambiental), foi a visita e realização de diagnósticos participativos por meio de aplicação de questionários e entrevistas com os beneficiários.

Antes das viagens, era de responsabilidade dos técnicos estabelecerem contato com os dirigentes responsáveis por cada organização ou cooperativa a frente dos assentamentos, os quais eram mediados por agentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atuantes em cada região visitada.

As reuniões eram marcadas em horários propícios aos beneficiários, e abertas ao público que estivesse interessado no projeto (Figura 2). Nos diálogos foi possível agendar assembleias com a participação dos beneficiários

do programa, onde eram expostas opiniões, dúvidas, insatisfações e interesses.

Figura 2 - Reunião com os beneficiários do PSJ na Associação Comunitária Nova Conquista, do Assentamento Orange em Monsenhor Tabosa – CE



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Na ocasião, a coleta de dados ocorreu utilizando um questionário semiestruturado elaborado pela SDA na plataforma *KoboToolbox*, baixado em *tablets* fornecidos pelo órgão (Anexo A). Como descrito por Chagas (2000), o questionário é uma ferramenta para reunir as informações necessárias para atingir os objetivos do estudo de forma prática, com facilidade na aplicação, processamento e análise. No caso desta pesquisa, buscou-se identificar quais as limitações para a implementação do PSJ IV nos assentamentos rurais cearenses. Ao todo, 623 beneficiários responderam aos questionários aplicados pelas equipes técnicas em campo.

Com esse questionário procurou-se traçar o perfil dos moradores dos assentamentos, abordando os seguintes elementos: características estruturais das residências, aspectos sociais e educacionais, além de aspectos produtivos, como o nível de descrição e controle zootécnico; fonte de água

utilizada para o cultivo e para os animais; uso de técnicas agroecológicas e emprego dos insumos fornecidos pelo governo; estabelecimento de parâmetros para análise do desempenho; e impacto do PSJ nas comunidades assentadas, a partir das respostas e opiniões dos próprios beneficiários.

A aplicação dos questionários foi o ponto de partida nas reuniões, ocorrendo na sequência algumas visitas às residências para entrevistas individuais com os moradores. Essas informações primárias adicionais, fornecidas diretamente no contato com os agricultores familiares, possibilitaram uma melhor contextualização do panorama geral do PSJ IV e seus efeitos, tanto de forma coletiva, nas comunidades, como de forma individualizada, junto às famílias beneficiadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A imersão de campo proporcionou o contato direto com os agentes sociais e as informações obtidas nos questionários mostraram aspectos desafiadores para as próximas etapas do Projeto São José (PSJ). Nesta seção são descritos os fatores limitantes para a implementação bem sucedida do PSJ IV nas comunidades atendidas.

4.1 Associativismo fragilizado

Segundo Gois (2005), as comunidades rurais partilham o mesmo modo de vida, obtido a partir de um contexto histórico que constrói seus valores e identidade social, desenvolvendo assim uma integração social e ideológica entre os moradores, tornando a comunidade um local de mediação destes indivíduos com a sociedade mais ampla.

Com a estruturação dos movimentos sociais em meados dos anos 1980, isso resultou na formação de grupos em que os agricultores podem participar do processo de decisão e conquistar novos mercados, baseando-se na cooperação mútua, com ênfase no desenvolvimento local e regional, através das associações rurais (SANTANA, 2019). As associações são uma forma de reunir as demandas comunitárias de maneira que a organização da entidade política facilite a identificação, elaboração, formulação e efetuação de políticas públicas bem sucedidas (ALMEIDA, 2022).

A partir disso, todos os assentamentos rurais atendidos pelo PSJ tinham como pré-requisito a organização dos seus beneficiários por meio de associações ou cooperativas, de forma a facilitar a comunicação das informações e distribuição dos recursos cedidos pelo projeto que poderiam ser, em grande parte, de uso comunitário. Ainda assim foi possível ouvir, em campo, relatos sobre os problemas de comunicação e engajamento entre os associados, o que muitas vezes causava conflitos que afetavam toda a coletividade.

Sob esta visão, Pretty (1995) compartilha que a participação dos agentes sociais em programas de desenvolvimento rural pode ser

caracterizada e dividida em oito tipologias, a saber: manipulada, autônoma, induzida, por consulta, por incentivos materiais, interativa, participação funcional e automobilização.

O grau de envolvimento e empenho por parte dos beneficiários nas demandas do PSJ observado durante as reuniões e relatado nas entrevistas demonstrou um associativismo fragilizado, com certa desconfiança nas lideranças locais e nos recursos a serem obtidos pelo programa. Nesse contexto, o fortalecimento da organização social por meio do associativismo e cooperativismo precisa ser adotado nas comunidades rurais e pelo PSJ IV como mais uma etapa na implantação dos planos de manejo.

É de suma importância, também, desenvolver ações voltadas para o público jovem, visto que esta é a parcela da população responsável pela reprodução social da agricultura familiar como meio de vida e do desenvolvimento a longo prazo no cenário rural. É preciso fortalecer a sucessão hereditária estimulando o sentimento de pertencimento do jovem ao campo que, ao invés de optar pelo êxodo, queira dar continuidade ao trabalho familiar, colocando-o em posições de representatividade (PANNO, 2014).

Igualmente, é necessário fomentar a participação das mulheres como agentes ativas na construção social do desenvolvimento rural sustentável, pois como expõe Heredia (2012), às mulheres muitas vezes é delegado o chamado trabalho invisível, em geral referindo-se às tarefas domésticas e criação dos filhos como meio de vida, enquanto deveriam poder participar de forma direta das decisões que influenciam todo o núcleo familiar. A autora ratifica que a quebra dos estereótipos busca diminuir a desigualdade no campo, principalmente relacionada ao gênero.

4.2 Assistência técnica insuficiente

As limitações no desenvolvimento agrícola estão relacionadas à pobreza e à distribuição de renda, principalmente em países como o Brasil, onde o crescimento econômico não reflete na melhoria de condição de vida da população mais carente, como ocorre principalmente no meio rural nordestino (KHAN, 2002). Freitas (1990) justifica que nessa região existe escassez de

recursos naturais, problemas na estruturação agrária, baixa produtividade obtida no trabalho agrícola e falta de apoio ao agricultor por meio de pesquisa, assistência técnica, acompanhamento, comercialização, transporte e comunicação.

Dentre todos os fatores descritos anteriormente, um dos que mais interferem nos resultados produtivos dos assentados é a falta de assistência técnica, que inviabiliza o sucesso de novas iniciativas, mesmo com a oferta dos insumos necessários para a produção por parte do projeto.

Para o alcance do desenvolvimento rural sustentável, o programa apresenta novas técnicas de manejo, oferta animais, insumos e estruturas que se distanciam do que é comumente vivenciado no campo pelos moradores, que muitas vezes costumam desenvolver uma agricultura convencional (não ecológica) e sem tanto planejamento para os períodos de escassez hídrica e de recursos alimentares para os animais. Dessa forma, é ainda mais importante capacitar, acompanhar e proporcionar assistência técnica qualificada para os beneficiários, pois assim eles irão conhecer técnicas de manejo da caatinga para que possam aproveitar o patrimônio natural da região sem agredir o meio ambiente, além de obter êxito nas técnicas de conservação de forragem, com o controle e planejamento do emprego dos recursos fornecidos pelo PSJ.

De todos os beneficiários do PSJ IV das 41 comunidades atendidas, 63%, ou seja, 390 dos responsáveis pelas famílias disseram que recebem algum tipo de assistência técnica; enquanto 37%, o equivalente a 233 beneficiários, afirmaram não ter acesso à assistência técnica. Contudo, mesmo aqueles produtores que recebem algum tipo de apoio técnico relataram que isso ocorre com pouca frequência e de forma superficial, com visitas rápidas e que muitas vezes não são suficientes para identificar e resolver problemas presentes na produção animal e agrícola.

Sem dúvida, o sucesso do PSJ depende de uma assistência técnica presente e continuada que esteja atenta às demandas dos agricultores, disposta a fazer adequações de acordo com as experiências de campo, que muitas vezes podem ser diferentes do que é proposto na teoria. Esse acompanhamento vai proporcionar maior segurança para os agricultores

aprenderem e desenvolverem novas técnicas, aplicarem o conhecimento adquirido e terem resultados satisfatórios.

4.3 Controle zootécnico

A escrituração zootécnica é o registro dos eventos relacionados à produção que ocorrem na propriedade rural, desde informações mais básicas como o tamanho da área plantada e o número de animais, até o monitoramento de ganho de peso e datas reprodutivas. A gestão dos dados de produção obtidos é fundamental para a tomada de decisões no ambiente rural (SANTOS *et. al.*, 2017).

De um total de 623 beneficiários do PSJ IV que responderam aos questionários aplicados pelas equipes técnicas em campo, 72,71%, isto é, cerca de 452 entrevistados, disseram não conhecer ou não utilizar o controle zootécnico; enquanto 170, correspondente a 27,29% de todos os entrevistados, informaram registrar de alguma forma seus índices produtivos.

Mesmo os agricultores que afirmaram fazer uso da escrituração zootécnica não mantêm registros concretos dos índices produtivos. A ausência desses dados impede o monitoramento da produção a curto e longo prazo. Um controle zootécnico consistente permite um planejamento estratégico que, associado a outras ferramentas, vai possibilitar a obtenção de resultados mais coerentes, com a aplicação objetiva dos recursos e maior economia, gerando sustentabilidade e renda.

O não acompanhamento da produção significa a impossibilidade de gerir de forma adequada os recursos recebidos e de verificar como esses recursos estão sendo empregados e conservados, fazendo com que muitas vezes itens, valores e até animais sejam perdidos sem registro e reposição, o que implica diretamente no esgotamento do benefício, sem identificação de responsáveis. Dessa forma, é necessário capacitar e incentivar os assentados a respeito da escrituração zootécnica no contexto do Projeto São José.

4.4 Resistência cultural à adoção de novas tecnologias

Segundo Castel (2009), como já situado antes, alguns programas são desenvolvidos a partir de estratégias como a chamada contrapartida, que ocorre quando o beneficiário precisa contribuir de alguma forma para o recebimento do benefício. De acordo com o autor, essa ferramenta pode afetar de formas distintas o público alvo, seja negativamente, havendo fragilização dos direitos sociais, uma vez que é esperado um retorno como forma de pagamento pelo que é fornecido, reforçando a ideia de controle por parte do Estado, mas também de forma construtiva, em que há o empoderamento dos agricultores, que são chamados para desenvolver suas capacidades e contribuir ativamente na construção dos projetos sociais no meio rural.

Nesse sentido, o Projeto São José (PSJ) parte de uma premissa participativa, sendo os próprios beneficiários os principais agentes sociais atuantes no fortalecimento do programa, desde a fase de elaboração dos planos de manejo à implantação. Ainda assim, outro desafio observado neste estudo foi a resistência cultural à adoção de novas tecnologias e técnicas de cultivo por parte dos agricultores.

Sobre isso, vale destacar que a participação social é um processo de aprendizagem e conquista, que envolve a estrutura de poder e a cultura política. Por isso, deve-se construir uma abordagem que compreenda que as tradições socioculturais definem o grau de desempenho dos governos, por meio da confiança e engajamento em uma cooperação mútua (BARRETO, 2004).

Do mesmo modo, é necessário entender o papel do conhecimento local no desenvolvimento rural sustentável na agricultura moderna e ecológica e incorporá-los nas políticas públicas, tendo os agricultores como protagonistas capazes de absorver o conhecimento repassado e ressignificar conceitos e tecnologias para melhor serem aplicados em sua realidade (GUIVANT, 1997), evitando desacordos no estabelecimento de melhores práticas de produção, manejo e conservação ambiental.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo, sobre a denominada fase IV do Projeto São José (PSJ), executado através da parceria entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA) e o Banco Mundial, constatou os efeitos positivos na vida de várias famílias agricultoras cearenses ao longo dos anos. No entanto, alguns aspectos sociais e culturais revelaram-se desafiadores para a sequência exitosa da sua fase atual.

A partir dos dados obtidos em campo, foram identificadas as principais limitações para a implementação do PSJ IV presentes nas 41 comunidades assentadas participantes da pesquisa. Assim, entre os fatores limitantes destacaram-se o associativismo fragilizado; a assistência técnica insuficiente; a falta de conhecimento ou a não utilização do controle zootécnico; e a resistência cultural à adoção de novas tecnologias.

Conseqüentemente, como forma de superar esses desafios, e para que a implementação do PSJ nas comunidades atendidas seja bem sucedida, concluiu-se que:

i) O fortalecimento da estrutura política e organizacional interna de cada comunidade é fundamental para garantir a representatividade, inclusão e diálogo entre os agricultores familiares, o governo e a sociedade em geral;

ii) O incremento na assistência técnica por meio das instituições de apoio aos agricultores assentados é essencial para o desenvolvimento rural sustentável;

iii) O planejamento é a base para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, com uma gestão que evite desperdícios e garanta a subsistência dos assentados;

iv) A compreensão das particularidades de cada assentamento rural, levando em conta suas preferências, histórico e aspectos culturais é um processo que resulta na adaptação de técnicas que melhor se adequem à realidade de cada comunidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – Ceará, 20 anos de Marcha (MST-Ceará, 20 years of marches). **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 133 a 148, jan. 2011. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/552>>. Acessado em: 01 jun. 2023.

ALMEIDA, Antonio Cavalcante de. A difusão do associativismo rural no município de Quixeramobim: a experiência do Projeto São José. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. e12596-e12596, 2022.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **Políticas públicas e o desenvolvimento rural sustentável no estado do Ceará: Estudo de caso**. 2004. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de economia agrícola.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documento de Referência: 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2013.

CASTEL, Robert. La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu. Paris: **Éditions du Seuil**, La couleur des idées, 2009.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49–79-49–79, 2016.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. **Administração online**, v.1, n.1. São Paulo, 2000.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

DINIZ, Rafael Fernando; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Geógrafos**. 2014. p. 1-10.

FREITAS, Maria Leonice de. **Conceito de extensão rural e perfil do extensionista para o Estado do Rio Grande do Norte: um estudo délfico**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1990. 164p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 95-103, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Editora Instituto Paulo Freire do Ceará, 2005.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUIVANT, Julia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Governo do Estado do Ceará. **Assentamentos Rurais**, 2019. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/160x.htm>> Acesso em 11 de jun. de 2023.

KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Ana Tereza Bittencourt da. **Reforma agrária solidária, assistência técnica e desenvolvimento rural no Estado do Ceará**. 2002.

KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lucia Maria Ramos. Capital social das comunidades beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural-PCPR/Projeto São José-PSJ-estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, p. 101-117, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LISBOA, Acssuel Sousa; ALCANTARA, Fernanda Viana de. O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. **Para Onde!?**, v. 11, n. 1, p. 17-28, 2019.

MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, E-papers, 2017.

MIRANDA, Roberto de Sousa; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, v. 26, p. 363-376, 2013.

MORAES, Jorge Luiz Amaral; SCHWAB, Patricia Ines. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, v. 49, p. 67-79, 2019.

MOREIRA, Rodrigo Machado; DO CARMO, Maristela Simões. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, p. 83-100, 2001.

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues. **Projeto São José e o desenvolvimento rural no estado do Ceará**: o caso da comunidade recreio-Iguatu, Ceará. 2000.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A “Reforma Agrária de Mercado” do Banco Mundial no Ceará**. São Paulo, 2005.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em questão**, v. 12, n. 27, p. 264-297, 2014.

PRETTY, Jules. The many interpretations of participation. **Focus**, v. 16, n. 4, p. 4-5, 1995.

SANTANA, Rosângela Teixeira. **Associativismo rural**. Cruz das Almas, 2019.

SANTOS, Romário Parente *et al.* **A escrituração zootécnica como ferramenta de trabalho em pequenas propriedades rurais de caprinos leiteiros no semiárido pernambucano e baiano**. CNPA. Petrolina, 2017.

SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Governo do Estado do Ceará. **Projeto São José IV**, 2023. Disponível em: <<https://www.sda.ce.gov.br/projeto-sao-jose-iv/>> Acesso em: 06 de jun. de 2023.

SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Governo do Estado do Ceará. **Marco de Gestão Socioambiental**. Fortaleza, 2019. Disponível em: <<https://www.sda.ce.gov.br/download/projeto-sao-jose-iv-documentos/>> Acesso em: 09 de jun. de 2023.

SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Governo do Estado do Ceará. Coletânea de Cartilhas Temáticas. Vol. 8. **Projeto São José: Um caminho para a Sustentabilidade na e para a Comunidade**. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2019/08/Cartilha_PSJIII-Institucional.pdf> Acesso em: 30 de junho de 2023.

SPERRY, Suzana. **A importância da organização social para o desenvolvimento da agricultura familiar**. Embrapa Cerrados. Brasília, 2001.

ANEXO A
QUESTIONÁRIO PARA BENEFICIÁRIOS – PLANOS DE MANEJO – PSJ IV

1 INFORMAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

Nome da organização: _____

Localidade: _____

Nome do beneficiário: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Identidade de gênero: Mulher Cis (Cisgênero) – Se identifica com o seu sexo biológico.

Mulher Trans (Transexual) – Se identifica com o gênero oposto ao seu sexo biológico.

Homem Cis (Cisgênero) – Se identifica com o seu sexo biológico.

Homem Trans (Transexual) – Se identifica com o gênero oposto ao seu sexo biológico.

Travesti – Se identifica dessa forma.

Intersexo – Nasceu tanto com o sexo feminino quanto o masculino.

Não-Binária – Se identifica nem como mulher e nem como homem.

CPF: _____

Nº da DAP: _____

Número de Inscrição Social – NIS: _____

Nome do (a) cônjuge: _____

Número de pessoas que moram na residência: _____

Área Individual: ___ hectares ou ___ m²

Coordenadas da área individual: Long (x): ___ W e Lat (y): ___ S

2 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ACESSO À SANEAMENTO

I) Qual a fonte de água que abastece a unidade familiar?

- Poço Cacimbão Cisterna Açude
 Sistema de abastecimento de Água (SAA) tratada
 Sistema de abastecimento de água bruta
 Carro pipa
 Misto (indicar as fontes; por exemplo, SAA tratada + carro pipa quando falta água)
 Outras: _____

II) Qual o consumo médio mensal de água na unidade familiar? _____ m³

III) Quantas pessoas residem na unidade familiar?

- 1 2 3 4 5 6

IV) Quantas das mesmas passam o dia na residência?

- 1 2 3 4 5 6

V) Possui módulo sanitário?

- Sim Não

Se sim, foi através de recurso próprio? Sim Não

Se não, foi através de qual programa? _____

VI) Conhece o que é o reuso de água cinza (água usada em domicílio)?

- Sim Não

Se sim, utiliza essa prática?

- Sim Não

VII) Existe a disponibilidade de participar das capacitações e implantação do sistema do reuso?

- Sim Não

3 SISTEMA DE PRODUÇÃO

IX) Quais os tipos de lavouras cultivadas na sua área?

- milho feijão mandioca bata doce hortaliças
 jerimum fruteiras outras: _____

X) Existe área irrigada?

- Sim Não

Se sim, qual a finalidade? _____

XI) Qual prática de cultivo agroecológico você utiliza?

- uso de adubos naturais uso de compostagem cobertura morta
 controle natural de insetos consórcio rotação de culturas
 minhocário outros, quais? _____

XII) Você faz plantio diversificado (milho, feijão, mandioca, jerimum e fruteiras) dentro do mesmo cercado?

- Sim Não

XIII) Você conhece um sistema de cultivo cercado onde são cultivadas forrageiras e outros tipos de plantas numa mesma área?

- Sim Não

Se sim, onde conheceu a experiência? _____

XIV) Você tem interesse em participar de área coletiva com sistema de cultivo de forrageiras e outras plantas de interesse (plantas medicinais, produção de mudas diversas etc.)?

- Sim Não

Se não, por que? _____

XV) Quais espécies de animais vocês criam?

- aves bovino caprino ovino suíno

Outros: _____

XVI) Dentro do rebanho caprino, quantos são?

bodes ____ cabras ____ cabritos ____ cabritas ____

XVII) Dentro do rebanho ovino, quantos são?

carneiros ____ ovelhas ____ borregos ____ borregas ____

XVIII) Dentro do rebanho bovino, quantas são?

touros ____ vacas ____ garrotes ____ garrotas ____ bezerros ____
bezerras ____

XIX) Qual a finalidade da criação em cada espécie animal (ovino, caprino, bovino e aves)

Ovino: carne leite ambos outros, quais? ____

Caprino: carne leite ambos outros, quais? ____

Bovino: carne leite ambos outros, quais? ____

Aves: carne ovos ambos outros, quais? ____

XX) Faz melhoramento genético do rebanho?

Sim Não

Se sim, qual o método aplicado? _____

XXI) Você faz descarte orientado ou desfrute (retira do rebanho as fêmeas que estão improdutivas, as fêmeas velhas, os machos não aproveitados para reprodução ou retira os animais quando eles atingem o peso médio para abate)

Sim Não

Se sim, de quais espécies? _____

XXII) Você faz o controle zootécnico dos animais?

Sim Não

XXIII) É realizada a monta controlada dos animais?

Sim Não

Em quais meses do ano? _____

XXIV) Você faz ordenha do rebanho caprino?

Sim Não

Quantas ordenhas são realizadas diariamente? ____

XXV) Você produz silagem?

Sim Não

Se sim, quais espécies vegetais você utiliza para produzir silagem? _____

Se não, você tem interesse em produzir? Sim Não

XXVI) Você produz feno?

Sim Não

Se sim, quais espécies vegetais você utiliza para produzir feno? _____

Se não, você tem interesse em produzir? Sim Não

XXVII) Você utiliza restolhos de culturas na alimentação dos animais?

Sim Não

Se sim, de quais culturas? _____

XXVIII) Vocês tem conhecimento de plantas tóxicas que envenenam e matam seus animais?

Sim Não

Se sim, quais? _____

4 AVALIAÇÃO AMBIENTAL

XXIX) Quais os tipos de solo encontrados?

Argiloso Arenoso Massapê

Solos pedregosos Barro vermelho

Outro: _____

XXX) Você já fez análise de solo?

Sim Não

Se sim, qual a finalidade? _____

XXXI) Quais práticas de conservação do solo adotadas?

eliminação do uso do fogo adubação verde

calagem orgânica gessagem adubação

rotação de cultura na palha curva de nível plantio direto

captação local (cultivo em terraço) incorporação de matéria orgânica no solo

outros: _____

5 COMERCIALIZAÇÃO E MERCADOS EXPLORADOS

XXXII) Qual o destino dos caprinos/ovinos criados pelo beneficiário no assentamento?

- consumo familiar abatedouro
 marchantes atravessador
 venda na comunidade venda no município
 venda para outros municípios
 Outras: _____

XXXIII) Qual o destino do leite de cabra produzido pelo beneficiário no assentamento?

- consumo familiar venda na comunidade
 venda no município venda para outros municípios
 Outras: _____

XXXIV) Qual o destino das aves criadas pelo beneficiário no assentamento?

- consumo familiar venda na comunidade
 venda no município venda para outros municípios
 Outras: _____

XXXV) Existe interesse em produzir novos produtos a partir do beneficiamento da produção?

- Sim Não

Se sim, quais? _____

Se não, por que? _____

6 APOIO INSTITUCIONAL

XXXVI) Você participa de algum programa da SDA?

- Programa Hora de Plantar (sementes de sorgo, palma forrageira, mandioca, cajueiro anão precoce, sabiá, Acácia mangium e mudas de essências florestais);
 Programa de Irrigação em Minha Propriedade – PIMP;

- Sistema de Reuso de água cinza;
- Projetos de quintais produtivos (via FEDAF);
- Programa de apoio as cadeias da bovinocultura de leite, ovinocaprinocultura, mandiocultura, cajucultura e apicultura.
- Banco de sementes crioulas;
- Cisternas de água (calçadão e de enxurradas);
- Garantia safra (MAPA)
- Outros, quais? _____

XXXVII) Vocês recebem assistência técnica?

- Sim Não

Se sim, de que órgão? _____

Data da pesquisa: ____ de _____, 202__

Nome do técnico que realizou a pesquisa: _____

Telefone para contato com o técnico que realizou a pesquisa: _____

Telefone para contato com a pessoa que respondeu a pesquisa: _____